

O que significa educar para a democracia?

Maria Luísa Branco*

Na reflexão que se segue propomo-nos responder à questão “o que significa educar para a democracia?” Dado que a democracia portuguesa é hoje, e felizmente, uma democracia madura e consolidada, assegurada pelo funcionamento das instituições democráticas, que servem como garante das liberdades e obrigações dos cidadãos, esta pergunta poderá parecer supérflua. Contudo, para que a democracia seja algo mais do que um conjunto de procedimentos de participação formal e se concretize numa autêntica cultura cívica é necessário nutri-la, de forma permanente, através da educação e daí a pertinência da pergunta levantada.

Antes de entrarmos propriamente na questão visada, parece-nos importante esclarecer o paralelismo conceptual e a relação de interdependência existentes entre os conceitos de democracia e educação. A democracia é uma forma de governo assente num conjunto de mecanismos que tornam possível o convívio de forma racional e que configuram uma sociedade cujo destino é aberto, na medida em que surge como o resultado de uma experiência cooperativa. Simultaneamente, a sociedade democrática constitui-se como um modelo para o desenvolvimento da personalidade individual e para o aumento da felicidade, isto é, para o aperfeiçoamento da própria humanidade. O modelo democrático de sociedade pressupõe, por conseguinte, um optimismo pedagógico, na medida em que

acredita no aperfeiçoamento das possibilidades do homem e da sociedade, não se conformando com o que está estabelecido. (Sacristán, 1998)) É precisamente aqui que reside o paralelismo com o conceito de educação, no qual está implícita a crença no aperfeiçoamento dos seres humanos através da cultura e da formação da personalidade.

Há, ainda, uma estreita relação de interdependência entre democracia e educação (Dewey, 1916/1997), na medida em que só o sistema democrático propicia um contexto educativo que torna possível a educação em plenitude, ou seja, em que estão criadas as condições necessárias à autodeterminação do sujeito e à expressão da sua liberdade criadora. Por sua vez, a construção da racionalidade do pensamento e o desenvolvimento de atitudes e comportamentos nos sujeitos que possibilitem a instalação de uma cultura democrática e o seu aperfeiçoamento progressivo estão dependentes da educação. Na medida em que uma sociedade democrática estabelece os limites da sua actuação em função da discussão racional, ela pressupõe o desenvolvimento da autonomia moral, condição da verdadeira cidadania. Esta é, à vez, política e moral e contrária à passividade e ao conformismo. A caracterização da cidadania democrática como comportando inelutavelmente uma dimensão moral implica que a educação para a democracia exija uma educação moral. Esta ideia pode parecer estranha e suscitar algumas resistências e reticências por parte dos educadores, para quem a expressão educação moral soa a endoutrinamento e parece contrária ao pluralismo que a democracia exige.

* Departamento de Psicologia e Educação.
Universidade da Beira Interior - Pólo IV. Estrada
do Sineiro, s/n - 6200 Covilhã.
E-mail: lbranco@ubi.pt

Convém, pois, esclarecer que quando se fala em educação moral, no âmbito de uma educação para a democracia, está a falar-se de uma moral cívica, constituída por um conjunto de mínimos éticos, partilhados pelos cidadãos em virtude da consciência social ter já alcançado um determinado nível de desenvolvimento moral (Cortina, 2000). Para além de um património científico e tecnológico, há um património moral que foi adquirido pelas sociedades humanas no seu desenvolvimento e que interessa transmitir às gerações mais jovens pois é, inclusive, o que possibilita enquadrar e dar um sentido aos conhecimentos científicos e tecnológicos. A promoção de uma moral cívica pela educação, no contexto das sociedades democráticas, é, ainda, condição de um autêntico pluralismo moral e de uma verdadeira tolerância geradora de consensos. Significa isto que a noção de comunidade e de cidadania implica a aceitação de uma ética mínima, correspondente à partilha de um conjunto de argumentos éticos. O tão apregoado pluralismo democrático não pode ser confundido com o relativismo subjectivista, como facilmente acontece. Em democracia nem todas as opiniões são igualmente válidas e algumas nem sequer são aceitáveis, dado situarem-se aquém da ética mínima que consubstancia a vontade comum. É a partir da definição deste núcleo ético que se torna possível a construção de uma sociedade mais justa e a prossecução dos diversos projectos de felicidade individual (baseados em diferentes concepções do que é a vida boa).

Respondendo agora à questão inicialmente colocada: educar para a democracia equivale a educar numa moral cívica. Os conteúdos desta moral cívica fazem parte

da tradição moral nas sociedades ocidentais e estão concretizados nas três gerações de direitos humanos, orientadas respectivamente pelos valores da liberdade, igualdade e solidariedade. O cumprimento e o aprofundamento destes valores pressupõe o cultivar de uma atitude dialógica (Tapias, 1996). Numa palavra, trata-se de promover nas crianças e nos jovens o desenvolvimento do carácter deliberativo, que combina a educação no raciocínio moral com a educação do carácter (Gutmann, 1987). A formação do carácter individual, traduzida na capacidade dos indivíduos delinear e concretizarem o seu projecto próprio de existência requer, em democracia, a capacidade para partir de uma base comum, considerando a perspectiva do outro (de qualquer outro, enquanto interlocutor válido) núcleo da moralidade e fonte de uma solidariedade de tipo universalista. Só assim é possível a construção de uma sociedade mais democrática, logo, mais humana.

Referências bibliográficas

- Cortina, A. (2000). *La ética de la sociedad civil* (4ª ed.). Madrid: Anaya.
- Dewey, J. (1997). *Democracy and education*. Nova Iorque: Simon and Schuster (Texto original publicado em 1916).
- Gutmann, A. (1987). *Democratic education*. Nova Jersey: Princeton University Press.
- Sácristan, J. (1998). Qué es una escuela para la democracia? Cuadernos de Pedagogia, 257, 19-26.
- Tapias, C. (1997). *Claves humanistas para una educación democrática*. Madrid: Anaya.